

CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA AOS ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE¹

Wagner Barbosa BATELLA²

Resumo

Este texto apresenta uma reflexão acerca de alguns estudos realizados na Geografia, que se preocuparam em contribuir para compreensão do fenômeno da criminalidade na sua dimensão espacial. Para tal, dedica especial atenção à temática da criminalidade a partir do debate iniciado no final da década de 1960 e início da década de 1970 sobre a inclusão de temas com relevância social na Geografia. Após isso, discute-se a dimensão espacial do crime, analisando-a na ótica de diversos paradigmas para, ao final, realizar um balanço dessa contribuição.

Palavras-chave: Criminalidade. Geografia do crime. Pluralidade paradigmática.

Abstract

Geography's contributions to studies on criminality

This paper presents a discussion about studies carried out in Geography concerned to the understanding of the spatial dimension of crime. To achieve this objective, it studies the thematic of criminality from the debates initiated in the late 1960s and early 1970s regarding the inclusion of noteworthy social issues in Geography. Afterward, it is discussed the spatial dimension of crime analyzed from different paradigm perspectives providing a review of this contribution.

Key words: Criminality. Geography of crime. Paradigmatic plurality.

¹ Este trabalho é resultado das reflexões realizadas no capítulo 3 da dissertação de mestrado intitulada: *Análise espacial da criminalidade violenta em Minas Gerais - 2005: contribuições da Geografia do Crime*, apresentada e defendida na PUC Minas e orientada pelo professor Alexandre Magno Alves Diniz (PhD).

² Doutorando em Geografia pela UNESP, *campus* de Presidente Prudente. Bolsista de doutorado do CNPq. Rua 2 de março, 50 - 303, VL Malaman, CEP. 19.015-510. E-mail: wbatella@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os anos 1960, 1970 e início dos 1980 foram marcados não somente pelo surgimento de vários paradigmas que passaram a orientar a produção científica no âmbito da Geografia, mas também por uma revalorização do espaço geográfico por outros campos do conhecimento (AMORIM FILHO, 1983).

Desde então, a Geografia passa a ser encarada por pesquisadores de outras áreas do saber como uma importante aliada, que tem muito a contribuir na compreensão das relações em que a variável espacial desempenha um considerável papel. Na visão de Amorim Filho (1983), isso trouxe reflexos da maior importância para a Geografia, tais como o aperfeiçoamento dos métodos de descrição do espaço geográfico e a aceleração do processo de compreensão dos mecanismos de funcionamento e de produção desse espaço. Mas esse autor lembra ainda, que, se novos domínios da cultura, ciência e práticas humanas têm sido incorporados à atividade geográfica, enriquecendo-a e ampliando-a, de um lado, eles podem ameaçá-la de descaracterização, de outro, pois a Geografia tem se apresentado como uma "atividade em movimento que amplia cada vez mais suas fronteiras" (AMORIM FILHO, 1983, p.24), e toda atenção deve ser spendida quando se explora as "fronteiras" de uma ciência.

No entanto, mesmo com esta ampliação no campo da abordagem geográfica, Amorim Filho (1983, p.25) chama a atenção para o fato de que "a inserção da atividade geográfica (escola e pesquisa) nos problemas e necessidades da sociedade não se fez ainda", permanecendo uma lacuna.

Observando a produção geográfica dos últimos anos, nota-se que este hiato vem sendo paulatinamente preenchido em função de um maior engajamento da Geografia com os problemas da sociedade. As temáticas são diferenciadas e incluem temas ligados à problemática ambiental e urbana, econômica e social, dentre tantas outras. Também as orientações teórico-metodológicas são distintas, variando de acordo com o paradigma adotado.

Em função disso e utilizando-se da temática da criminalidade, um dos problemas mais discutidos nos últimos anos, este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão da contribuição que a Geografia vem dando ao tema numa perspectiva plural de paradigmas. Pretende-se, ao final, avaliar as contribuições da Geografia para este debate.

A TEMÁTICA DA CRIMINALIDADE NO CONTEXTO DA RELEVÂNCIA SOCIAL DA GEOGRAFIA

A preocupação com a relação entre Geografia e problemas da sociedade esteve presente nos debates das comunidades de geógrafos anglo-americanos no final dos anos 1960. Nessa época, Estados Unidos e Inglaterra vivenciaram o aprofundamento de suas crises relacionadas, principalmente, com aspectos econômicos e sociais. Tais crises alcançaram o campo científico, gerando um profundo descontentamento com as abordagens utilizadas até então na pesquisa e no ensino geográficos. Esse sentimento suscitou um intenso debate entre os geógrafos de língua inglesa, que apontavam a chegada de uma revolução na Geografia Humana, como comenta Johnston (1986, p.224), citando Kasperson (1971):

A mudança nos temas de estudo em Geografia, de supermercados e auto-estradas para a pobreza e o racismo, já começou, e podemos esperar que continue, pois os objetivos da Geografia estão se modificando. Os novos homens vêem o objetivo da Geografia como os mesmos da medicina – adiar a morte e reduzir o sofrimento.

Os discursos e publicações de alguns importantes geógrafos, como Wilbur Zelinsky, presidente da Associação de Geógrafos Americanos (AAG) em 1973, refletiam grande desilusão com as realizações passadas, e certa curiosidade com as direções futuras da ciência geográfica. Zelinsky (1970) argumenta que a então situação de acumulação material e de crescimento populacional, que implicava na aceleração da produção e no consumo de mercadorias, não poderia mais ser considerada progresso, pois se tornara difícil a sua manutenção. Desta forma, o autor defendia, ainda, que a pesquisa geográfica deveria ser mais relevante em relação aos grandes problemas sociais, buscando contribuir para a solução das mazelas que afligiam a sociedade.

É importante destacar, como lembra Johnston (1986), que essa preocupação não era recente e que as origens de uma Geografia socialmente relevante já haviam sido apontadas por Réclus e Kropotkin, no final do século XIX, e que mais tarde viriam influenciar as abordagens da chamada Geografia Radical ou Crítica. No entanto, a discussão que ganhou corpo no início da década de 1970 resultou em um intenso debate sobre a "natureza dessa relevância e tornou-se rapidamente evidente que não havia consenso sobre o que deveria ser feito e por quê" (JOHNSTON, 1986, p.228).

A partir de então, grande parte dos debates em reuniões científicas nos EUA e na Inglaterra, neste último através do Instituto de Geógrafos Britânicos (IBG), giravam em torno de grandes questões sociais. Como consequência, houve uma polarização de pontos de vista em relação ao problema. De um lado, alguns geógrafos defendiam que a contribuição para solução das questões sociais deveria acontecer através de uma Geografia Aplicada, capaz de oferecer suporte ao planejamento, através do fornecimento de bases sobre as quais a planificação pudesse ser executada (JOHNSTON, 1986). Por outro, organizava-se um grupo, denominado radical por sua atitude crítica frente à comunidade geográfica institucionalizada, que acolheu o projeto de uma Geografia comprometida politicamente com a transformação revolucionária da sociedade capitalista (DELGADO MAHECHA, 2003).

As contribuições que se seguiram apresentavam consideráveis diferenças de opiniões entre os geógrafos durante os anos 1970, gerando "calorosos" debates, sendo aquele iniciado por Richard Peet, acerca da Geografia do Crime, o que melhor representa a polarização entre os defensores de uma Geografia Aplicada, ditos liberais, e os críticos radicais.

Peet (1975) argumentava que os geógrafos têm almejado tornar a Geografia uma disciplina relevante, porém, fazendo isso, eles evitaram se perguntar "relevante para quem?" e "para quais objetivos?". Ele compara os trabalhos dos geógrafos liberais aos trabalhos da Geografia do final do século XIX e início do século XX, que, na sua visão, apresentavam um caráter exploratório-descritivo e funcionavam como uma ferramenta do poder imperial de então. Outra crítica levantada por Peet dizia que os liberais ignoravam a dimensão política do fenômeno, trabalhando apenas com manifestações superficiais de um problema social. Além disso, continua o autor, ao trabalhar somente com estatísticas disponíveis, lidava-se apenas com parte do problema, já que essas estatísticas atenderiam aos interesses da elite.

No âmbito desse debate, a réplica de Keith Harries (1975) considerava que simplesmente tratar o crime como consequência do capitalismo monopolista era um argumento simplista, que tornaria as pesquisas dos geógrafos incapazes de ter qualquer relevância. Ele expressou a posição de que se os geógrafos podem atuar no sistema de justiça criminal, tornando-o mais humano e equitativo, produzindo análises que vão subsidiar o trabalho dos responsáveis pelo controle, então, essa seria a melhor alternativa. Ao final de seu artigo, Harries (1975) afirma não acreditar que o simples ataque ao capitalismo monopolista seria mais eficaz na erradicação das causas do crime, do que abordagens relacionadas ao seu controle.

O debate continuou com contribuições dos dois lados, cada qual apresentando abordagens metodológicas distintas e cada vez mais angariando novos adeptos, como os textos de Phillips (1975) e Lee (1975), ambos em resposta a Peet. Os críticos elaboraram uma teoria radical (PEET, 1976), que visava contribuir diretamente para o movimento de uma

revolução social através da persuasão, enquanto os liberais se beneficiaram do aprimoramento dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Recentemente, também a Geografia Humanística tem contribuído para tais estudos, com abordagens relacionadas, principalmente, ao sentimento de insegurança e ao medo (DINIZ, 2003; TUAN, 2005).

A partir de então, uma gama de estudos surgiram na Geografia contemplando a temática da criminalidade sob a ótica de diversos paradigmas, como será analisado a seguir.

CRIMINALIDADE, GEOGRAFIA E PLURALIDADE PARADIGMÁTICA

Na vanguarda das reflexões realizadas no Brasil acerca da relação entre Geografia e criminalidade, Felix (1996) assegura que esta ciência vem dando maior atenção à temática, em função das abordagens que consideram as manifestações espaciais do crime e dos espaços diferenciados que surgem a partir da violência. Ainda assim, as abordagens geográficas da criminalidade, sejam elas quantitativas ou qualitativas, colaboram na construção de elementos para compreensão das relações entre as formas de violência e seus contextos e padrões, auxiliando na elaboração de bases para o desenvolvimento de políticas de prevenção mais efetivas. Sobre o papel da Geografia nestes estudos, Felix (2002, p.78, grifo do autor) reforça:

A análise geográfica pode levar a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade, já que além da lei, do ofensor e do alvo, a **localização das ofensas** é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal e está sendo considerada por criminólogos ambientais, em associação estreita com os conhecimentos dos geógrafos, como a abordagem do futuro. [...] Se a dinâmica criminal pode ser um dos fatores de transformação e reorganização espacial (o crime transforma o espaço e seus significados) e a ciência geográfica tem potencial para colaborar no planejamento urbano metropolitano, deve-se inserir em suas análises a dimensão da criminalidade.

Essa contextualização apresenta a Geografia como uma disciplina que tem muito a oferecer à análise da criminalidade. Mas uma pergunta é inevitável: como trabalhar com a criminalidade na perspectiva geográfica? Para responder esta questão, apresenta-se a seguir uma revisão de estudos realizados numa perspectiva plural de paradigmas que, acredita-se, são representativos da riqueza de trabalhos existentes.

A busca por respostas na natureza

Desde Hipócrates, no século V a.C., na sua obra clássica "Ares, Águas e Lugares", nota-se a preocupação da influência do ambiente sobre o organismo humano (MENDONÇA, 2001). Renomados geógrafos, como Harries, Stadler e Zdorkowski (1984), Mendonça (2001) e Ceccato (2005) focaram as influências de variáveis ambientais sobre a incidência criminal.

Evitando as armadilhas do determinismo ambiental³, esses trabalhos buscaram no clima, ou nos elementos climáticos, como a temperatura e sua variação, a explicação para a

³ Trata-se de um dos primeiros paradigmas da Geografia, que enfatizava o papel desempenhado pelos elementos naturais, principalmente o clima, e colocava a natureza como controladora do processo de organização do espaço geográfico (BOTELHO, 1987).

sazonalidade da incidência criminal. O primeiro deles, de autoria de Harries, Stadler e Zdorkowski (1984) buscou possíveis hipóteses para explicar a influência do ambiente natural, mais precisamente a temperatura, sobre o comportamento violento. Trabalhando na escala intra-urbana, os autores estudaram o comportamento violento e suas relações com o desconforto pelo calor em Dallas, nos EUA. Segundo eles, a correlação entre alta temperatura e incidência criminal seria influenciada pelas variáveis: densidade estrutural, consumo de álcool, efeitos do calendário e o contexto de vizinhança.

No que se refere à densidade estrutural, os autores afirmam que as altas densidades populacionais e multidões associadas aos efeitos do calor de verão exercem grande influência sobre o comportamento humano agressivo. Há maiores incidências de crimes em ambientes marcados pelas grandes concentrações de pessoas, como em apartamentos, habitações coletivas, ruas movimentadas, etc., o que seria resultado de maiores oportunidades de interações sociais marcadas, ainda, pelo desconforto de verão. Citando Phillips (1980), os autores afirmam que tanto vítimas quanto agressores, em geral, residem próximos uns dos outros. O consumo de álcool é, por sua vez, motivado pelo desconforto do ambiente, principalmente em períodos de calor excessivo, o que estimula o consumo de líquidos e guarda grande relação com crimes violentos, suicídios e acidentes de trânsito. A terceira variável apontada pelos autores, efeitos do calendário, diz respeito à interação social, que é mais latente em períodos de férias, finais de semana e feriados, que culmina na busca por lazer fora dos lares e também em um maior consumo de bebidas alcoólicas. Por último, o contexto de vizinhança, onde populações de baixo *status* social, marcadas por privações relativas e baixa qualidade de vida, constituiriam ambientes propícios à difusão criminal.

Neste debate, as contribuições mais recentes voltadas à realidade brasileira dizem respeito ao livro de Mendonça (2001) e ao artigo de Ceccato (2005). O primeiro é uma obra que poderia provocar num estudioso mais atento às questões epistemológicas da Geografia a impressão de se tratar de um retorno ao tão criticado determinismo ambiental. No entanto, de forma bastante lúcida, o autor propõe em seu trabalho, fruto de sua tese para professor titular, a revalorização da influência da natureza sobre a sociedade. Mendonça lembra que desde a clássica obra de Hipócrates tais estudos têm ocupado posição de destaque na Geografia. Porém, a condenação que muitos geógrafos sofreram ao incorporar o determinismo natural nas suas pesquisas relegou tais estudos a um plano secundário, principalmente após a década de 1950. Por outro lado, destaca o autor:

Se até meados deste século o determinismo natural elevou a dependência humana da natureza a extremos, o determinismo econômico não o foi menos expressivo num período seqüencial, colocando a natureza como secundária nas relações estabelecidas entre a sociedade e ela (MENDONÇA, 2001, p.24).

O autor em questão analisou a influência do clima sobre o organismo humano e também sobre sua psicologia através da correlação entre a temperatura do ar e a incidência criminal em dez cidades brasileiras⁴. Dentre os resultados, faz-se passível a identificação de algumas semelhanças com o trabalho de Harries, Stadler e Zdorkowski discutido anteriormente, como a maior incidência criminal durante os períodos mais quentes do ano. No entanto, há algumas peculiaridades que devem ser mencionadas: em função das dimensões continentais do Brasil, a sazonalidade térmica não obedece a um padrão específico, principalmente na porção norte do país; no mês de dezembro, um dos mais quentes do ano, a concentração de maiores índices de criminalidade não é resultante apenas da correlação calor-crime, mas também dos aspectos identificados por Harries, Stadler e Zdorkowski (1984), como maior consumo de álcool e efeitos do calendário, pois trata-se, ainda, de épocas festivas e que movimentam a economia. Por outro lado, o estudo específico da cidade de

⁴ Manaus, Belém, Teresina, Recife, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Curitiba encontra respaldo na variável “contexto de vizinhança”, pois os locais de maior criminalidade coincidem com aqueles ocupados por população de mais baixa renda e com o centro da cidade.

Já o artigo da geógrafa Vânia Ceccato (2005) propõe uma análise intra-urbana dos homicídios cometidos no município de São Paulo, suas relações com as variações temporo-espaciais e as influências que sofrem da temperatura do ar. Para tal, foram utilizados os dados de homicídios da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no período de dezembro de 2000 a novembro de 2001, e do Instituto Nacional de Meteorologia. Os resultados, assim como aqueles encontrados por Mendonça (2001) em Curitiba, indicaram as áreas centrais e as mais deprimidas como os locais de maior ocorrência de homicídios. Além disso, os homicídios foram mais recorrentes, quando a maioria das pessoas estava sob os “efeitos do calendário”, ou seja, em períodos de férias (meses de verão), finais de semana e à noite.

Nota-se que nessas abordagens há certas semelhanças de resultados, como o fato de que a temperatura do ar guarda grande correlação com a ocorrência de delitos, a influência do consumo de álcool ou dos “efeitos do calendário”, etc., no entanto, nenhum desses trabalhos apresentados defende as variáveis ambientais como único elemento explicativo para a criminalidade. Fazendo uso das palavras de Mendonça (2001, p.25) “o clima, e no caso particular a temperatura do ar, é somente um dos fatores do ambiente a influenciar o desenvolvimento desta patologia na cidade”.

A busca por respostas na quantificação

Outra grande contribuição diz respeito à consolidação da análise espacial a partir da década de 1950 e a sua apropriação pela Geografia, posteriormente pela Geografia do Crime, que possibilitaram maiores reflexões sobre os problemas de proximidade, concentração e dispersão da incidência criminal, bem como permitiu a busca por semelhanças ou diferenças nos padrões de distribuição geográfica de delitos.

Inúmeros trabalhos foram desenvolvidos na tentativa de se descrever a manifestação espacial da delinquência, bem como, compreender os processos que as desencadeariam. Apropriando-se das potencialidades da estatística espacial e dos SIG's, a Geografia do Crime expandiu sua capacidade analítica a partir do mapeamento da incidência criminal e de suas taxas. Neste contexto, merece destaque o trabalho de Harries (1971), um dos primeiros a utilizar mapas confeccionados em computadores para estudar o crime. A partir do mapeamento de dez categorias de crimes violentos para os EUA, o autor identificou que cada um deles apresentava uma distribuição espacial específica. Mais recentemente e beneficiando-se do desenvolvimento das geotecnologias, outros trabalhos que apresentaram mapeamentos de taxas de crimes foram realizados por Craglia, Haining e Signoretta (2001) para as cidades inglesas, Ceccato, Haining e Signoretta (2002) para cidade de Estocolmo na Suécia, Harries (2006) para Baltimore nos EUA, e Batella e Diniz (2006a) que, trabalhando com os municípios mineiros, discutiram algumas das metodologias de mapeamento passíveis de aplicação à criminalidade.

A possibilidade de estudos de séries temporais é outra faceta da análise espacial. Grande número de trabalhos foi realizado com o fito de explicar a evolução temporal da criminalidade em determinados contextos espaciais. Destaca-se o texto de Harries (1985) sobre os homicídios nos EUA. Trabalhando com os estados norte-americanos e com uma série histórica de 45 anos, o autor identificou uma tendência decrescente das taxas de homicídio desde 1935 até 1965, a partir de então as taxas assumem um vertiginoso comportamento ascendente até 1980. Sobre a distribuição espacial, em todo período os estados postados na porção sul-sudeste se destacaram pelas altas concentrações de homicídio.

Em outro estudo temporal, Batella e Diniz (2006b) aplicaram algumas técnicas de estatística descritiva, mais precisamente medidas de tendência central e de variabilidade ou dispersão, para verificar a existência de uma reestruturação espacial da criminalidade no Estado de Minas Gerais, utilizando, para isso, os dados de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa de 1996 e 2003. Os autores destacaram que nos dois períodos as maiores concentrações de crimes contra o patrimônio ficaram divididas entre as duas regiões economicamente pujantes do Estado, o município de Uberlândia, na porção oeste de Minas, e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que apresentaram maior significância ao final do período. Quando a análise recaiu sobre os crimes contra a pessoa, um fenômeno chamou a atenção, durante todo o período estudado, as maiores concentrações dessa categoria se deram na porção nordeste do Estado, bem como em municípios do entorno da RMBH. A existência desse movimento bilateral, que compete na atração do centro médio ponderado⁵ dos crimes contra a pessoa, fez com que Batella e Diniz (2006b) o comparassem a um “cabo-de-guerra”.

A análise espacial tem contribuído, ainda, para o desenvolvimento de inúmeros estudos que correlacionam diversas variáveis com o crescimento da violência. Em geral, visando explicar a criminalidade a partir de outros fenômenos, ou ainda, averiguar o grau de relação que guardam entre si. O trabalho de Wang e Minor (2002), por exemplo, analisou o acesso ao emprego e as taxas de crime em Cleveland, EUA, em 1990. Ao trabalhar na escala intra-urbana, os autores dão uma grande contribuição metodológica, pois as abordagens sobre mercado de trabalho e criminalidade são mais comuns nas escalas regionais. As análises dos resultados dessa pesquisa indicaram forte relação entre mercado de trabalho e taxas de crime. Notou-se, ainda, que essa relação se difere conforme o tipo de crime, pois as correlações entre índices de desemprego e crimes contra o patrimônio são mais fortes do que as com a categoria crimes contra a pessoa.

Também é relevante o trabalho de Diniz (2005a) que encontrou altas taxas de crimes violentos nos limites do Estado de Minas Gerais, onde são encontradas, ainda, as maiores taxas de imigração interestadual. Essa sobreposição de informações em regiões de fronteira é fortemente influenciada pelo confronto de valores culturais e a fraca coesão social, além dos limites de jurisdição e da falta de comunicação entre as polícias, o que fortalece a desorganização e confirma a tese que vincula imigração e violência urbana.

O estudo de Diniz (2005a) chama atenção para um outro significativo condicionante da criminalidade violenta, a densidade urbana. Tanto geógrafos quanto outros pesquisadores confirmam essa teoria acerca da relação entre a densidade urbana e a criminalidade (BEATO, 1998; FELIX, 2002; HARRIES, 1973). Entre essas abordagens, a manifestação do crime nas grandes cidades aparece relacionada ao controle social, formal ou informal. A fragmentação desse tipo de controle funciona como agravante no surgimento de atividades criminais. Ora, além de uma maior carência de controle social, principalmente informal, pode-se mencionar, de acordo com Felix (2002), que outros agravantes surgem nas grandes cidades, tais como o caráter anônimo que a vida ganha em função da grande concentração de pessoas que são confrontadas, ainda, com uma maior conscientização da desigualdade social e, assim, o crime pode emergir como fruto da dissociação entre aspirações e possibilidades reais de realização.

Harries (1973), estudando as cidades norte-americanas, testou a correlação entre a manifestação espacial da violência e o tamanho populacional. O geógrafo americano identificou que as maiores taxas de crimes violentos encontravam-se nas grandes cidades, o que o levou a afirmar que este seria um problema dos grandes centros urbanos, com destaque para as regiões metropolitanas. No entanto, o trabalho de Diniz (2005b) chama a atenção

⁵ O centro médio ponderado é utilizado para definir o ponto de equilíbrio, ou o centro gravitacional, da distribuição de determinado fenômeno associado a pontos.

para um novo fenômeno. Com foco nas cidades médias do Estado de Minas Gerais, o autor identificou taxas de criminalidade, principalmente de crimes contra o patrimônio, que superam as taxas de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As crescentes taxas criminais identificadas nas cidades que ocupam posição intermediária na hierarquia urbana colocam em xeque sua perspectiva sobre a melhor qualidade de vida, bem como levantam dúvidas sobre o potencial de planejamento e desenvolvimento sócio-econômico atribuídos às cidades médias. Porém, o autor ressalva que os problemas com a criminalidade nas cidades de nível intermediário de Minas Gerais concentram-se, principalmente, naquelas que estão numa posição mais elevada na hierarquia das cidades médias.

Os trabalhos realizados na perspectiva da análise espacial com o auxílio dos SIG's têm se destacado, ainda, por ultrapassar a abordagem meramente acadêmica, constituindo-se num poderoso instrumento de auxílio às atividades de planejamento da segurança pública no combate à criminalidade. Inúmeras contribuições enfatizaram essa afirmativa, como o artigo de Herbert e Harries (1986), que defendem políticas públicas baseadas nos trabalhos de mapeamentos para subsidiar o direcionamento das ações de prevenção ao crime para regiões mais críticas, ou o de Fyfe (1991), que estudou as relações entre polícia, espaço e sociedade através do que ele chamou de "Geografia do policiamento".

Contribuições mais recentes foram a de Craglia, Haining e Wiles (2000), que discutiram a experiência de Sheffield, na Inglaterra, no desenvolvimento de metodologias de análises das taxas de crime em ambientes de SIG's. Os autores frisaram que a transferência de experiências entre a Geografia, a Saúde Pública e os responsáveis pelo policiamento é de fundamental importância para o sucesso das atividades de análise criminal. Um pouco mais modesta no que se refere às técnicas de análise espacial, mas não menos importante, foi o trabalho de Kerbauy, Ferreira e Bizelli (2006) que avaliaram através de mapeamentos e técnicas estatísticas as ocorrências criminais e as políticas públicas para as crianças e adolescentes da cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. Os resultados indicaram um padrão espacial específico concentrado na periferia da cidade, onde a ausência de políticas públicas seria notória.

Embora nos últimos anos as geotecnologias tenham possibilitado a participação de geógrafos em diversas áreas de planejamento e pesquisa, ainda é ínfimo o engajamento desse profissional no uso de mapeamentos computadorizados em programas de controle e prevenção do crime. Paulatinamente este cenário vem sendo alterado, motivado, principalmente, pela aproximação de universidades e responsáveis pela segurança pública, através de atividades de pesquisa e ensino.

A busca por respostas nas desigualdades espaciais

É importante analisar, ainda, os trabalhos que abordam a criminalidade como fruto das desigualdades espaciais. Dessa forma, seus autores aceitam que:

Uma abordagem que pretenda ser mais do que apenas um conjunto de constatações sobre o fenômeno da violência e se atreva a tentar atingir algumas compreensões, precisa considerar a importância da dialética espacial em suas análises (MELGAÇO, 2005, p.28).

Dentre as contribuições nesta perspectivas, merece destaque a interessante e detalhada dissertação de mestrado de Melgaço (2005). Aderindo "em partes" as técnicas do geoprocessamento e da análise espacial, o autor propõe uma análise entre a Geografia e o estudo da violência numa perspectiva dialética. Mais especificamente, o objetivo de Melgaço foi realizar uma Geografia dos usos do território e das suas relações com a temática do crime e da violência. Para tal, fez uso do conceito de território usado, cunhado pelo geógrafo Milton Santos. Debruçando-se sobre o município de Campinas, o autor explorou algumas das potencialidades dos SIG's através de análises de delineamento e crescimento de áreas

urbanas, mapas de uso e ocupação do solo, análises de localização dos Distritos Policiais e suas relações com a incidência criminal, dentre outros.

No decorrer de sua pesquisa, o autor demonstra sua insatisfação com os métodos de estatística espacial e mapeamento, alegando que tais abordagens congelam a realidade, descrevem-na e a analisam para, por fim, fazer deduções, sendo "portanto, idealista, no sentido em que pensa um mundo sem contradições" (MELGAÇO, 2005, p.62).

Ainda na perspectiva das contradições espaciais, as obras do geógrafo franco-brasileiro Cláudio Zanotelli podem ser consideradas significativas referências. Um levantamento de suas principais publicações reflete a preocupação do autor com o fenômeno da criminalidade, interpretado como uma questão conjuntural, que está submetido a uma estrutura social que usa a lei para punir aqueles que não se encontram dentro das normas estabelecidas (ZANOTELLI, 2002).

Os trabalhos de Melgaço (2005) e de Zanotelli (2002; 2007) extrapolam a dimensão das relações sócio-espaciais da criminalidade e refletem uma constante preocupação com as deficiências conceituais. Eles lembram, assim como o faz Felix (2002), que o próprio conceito de crime está intrinsecamente relacionado com as leis criadas para atender o interesse de classes específicas.

No geral, as análises que focam as desigualdades sócio-espaciais e suas relações com a criminalidade aceitam o comportamento desviante como resultado da diversidade e das contradições humanas. Em outras palavras, enquanto a propriedade privada receberia excessiva atenção no que se refere à necessidade de proteção, característica típica da sociedade capitalista, a origem dos problemas residiria justamente nas contradições criadas a partir da privatização dos meios de produção e nas desigualdades que esta situação produz no meio social (HERBERT, 1992; FELIX, 2002).

A busca por respostas nas percepções

Mas a Geografia não é apenas aplicada ou do campo das contradições, ela incorpora também a dimensão afetiva ou dita subjetiva. Esse viés tem-se demonstrado muito eficaz nas pesquisas que lidam com as perdas intangíveis decorrentes das profundas mudanças na qualidade e no estilo de vida das pessoas resultantes do incremento da violência. Que as taxas de criminalidade têm aumentado nos últimos anos os dados confirmam, mas tão preocupante quanto este incremento é o medo que resulta no sentimento de insegurança que surge nas pessoas. O medo e a insegurança estão transformando paisagens, através da fortificação de casas, movimentando a economia de segurança privada e afetando as relações cotidianas entre as pessoas. As abordagens nessa ótica encontram subsídios na Geografia Humanística, que defende o pressuposto de que as pessoas se comportam no mundo real com base no conhecimento subjetivo desse mundo, representando uma interseção entre o geográfico, o psicológico e o sociológico (AMORIM FILHO, 1982).

Discutindo essa perspectiva, Davies (2004) lembra que, embora há muito tempo os geógrafos venham contribuindo com a literatura sobre o crime, essas contribuições têm sido amplamente focadas na manifestação espacial das taxas de crime e na sua correlação com variáveis ambientais, sociais ou com as condições das áreas. No entanto, ele atesta que há grande necessidade que o foco dessas pesquisas recaia também sobre as percepções e atitudes de pessoas que vivem em áreas de concentração criminal. Abordagens neste âmbito foram exploradas nos trabalhos de Westover (1985), sobre as percepções acerca do crime e da segurança em parques do Meio-Oeste norte-americano; no artigo de Nayak (2003) sobre o medo do crime a partir da percepção de crianças; ou no texto de Brownlow (2005), que versa sobre a "Geografia do medo" dos homens, considerados como o grupo que apresenta maior risco de vitimização.

Todavia, é importante ressaltar que nem sempre os sentimentos topofóbicos advindos do medo e da insegurança condizem com a real manifestação da criminalidade, gerando verdadeiras “dissonâncias cognitivas”⁶. Esse foi o resultado de uma pesquisa realizada por Diniz (2003), que se propôs avaliar em que medida o sentimento de insegurança em Belo Horizonte é corroborado pela incidência criminal. Grande parte dos entrevistados por Diniz apontou regiões como o centro da cidade e as áreas marginalizadas de vilas e favelas como os lugares onde mais ocorrem atos de violência. No entanto, como ressalta Diniz (2003, p.125): “nem todas as áreas periféricas e favelas de Belo Horizonte são violentas e o centro da cidade está longe de ser o local de alta incidência de homicídios, roubos e estupros”.

De certa forma, essas construções mentais – medo e insegurança – vão incidir diretamente na paisagem, gerando verdadeiras paisagens do medo (TUAN, 2005). Como exemplos existem trabalhos de geógrafos, como o de Diniz (2003) e não geógrafos, como Ferraz *et al.* (2005), que discutem as mudanças arquitetônicas da paisagem de alguns bairros do Rio de Janeiro em função do incremento da violência e da fala do crime. As autoras ponderaram que, maior do que o crescimento das taxas criminais dos últimos anos, os gastos com segurança privada têm impactado diretamente sobre a paisagem. Cercas, grades, muros, vigilância eletrônica, cancelas, etc. são os novos componentes da paisagem, buscando proteção patrimonial e pessoal. Espaços que antes valorizavam o externo, hoje tendem a ser cada vez mais fechados, remetendo às cidades fortalezas do período medieval. A cada dia, essas novas formas de proteção se tornam um desafio para o urbanismo, principalmente porque segurança pressupõe “justiça social, bem estar e solidariedade” (FERRAZ *et al.*, 2005, p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este levantamento, que embora amplo, não se esgota aqui, mostra que a preocupação dos geógrafos com a temática da criminalidade não é muito antiga. Vários olhares vêm sendo lançados, variando de acordo com o paradigma geográfico adotado.

São muitas as contribuições lançadas pela Geografia para o avanço na análise da faceta espacial do crime. Todavia, no decorrer dessa revisão observou-se que a dimensão espacial da criminalidade não é exclusividade dos geógrafos, bem como a vanguarda de tais abordagens não é creditada a eles. Se por um lado houve o interesse de outras ciências no comportamento espacial da criminalidade, como fruto da revalorização do espaço geográfico por outros campos do conhecimento, discutido neste texto, deve-se mencionar, ainda, que somente recentemente os geógrafos têm dedicado mais atenção a este problema social e descoberto as potencialidades da Geografia para amenizar esta mazela.

Desta forma, o potencial da Geografia para desvendar a dimensão espacial dos problemas sociais pode ser analisado em várias direções, mas duas se destacam por sintetizar o que se pretendeu discutir neste texto. A primeira diz respeito à pluralidade de perspectivas de análises elaboradas no escopo da Geografia, cada qual com seu arcabouço técnico e metodológico, de onde se constroem diversas frentes para compreensão dos fenômenos. A segunda diz respeito à capacidade da ciência geográfica de “caminhar” nas fronteiras do conhecimento, estabelecendo diálogos com outros campos do saber. Por isso, em função da complexidade dos problemas sociais, faz-se necessário o uso de abordagens que contemplem várias faces dos fenômenos, buscando-se subsidiar construções teórico-metodológicas mais eficazes.

⁶ Desencontro entre aquilo que é percebido pelo indivíduo e a realidade.

É certo que a Geografia tem muito a oferecer para o estudo da dimensão espacial da criminalidade, porém é importante destacar que esta empreitada demanda interações com outros campos do conhecimento, haja vista a complexidade e o caráter multifacetado dos fenômenos, bem como a escassez de construções teóricas, de cunho espacial, que contemplem uma temática que não é exclusividade da Geografia.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e suas conseqüências sobre o ensino da geografia. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.5-18, mar. 1982.

AMORIM FILHO, O. B. A produção do espaço e a análise geográfica. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 1, n.3, p.18-26, mar. 1983.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Representações cartográficas da criminalidade violenta em Minas Gerais: possibilidades metodológicas. In: IV SEMINÁRIO CLÁUDIO PERES DE PRÁTICA DE ENSINO E GEOGRAFIA APLICADA, 2006, Belo Horizonte. **CD: Resultados dos trabalhos apresentados - Caderno de Geografia**. v. 16, n. 26, p. 01-06, 2006a.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. O uso de técnicas elementares de estatística espacial no estudo da reestruturação espacial da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais: 1996-2003. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 26, p. 153-167, 2006b.

BEATO FILHO, C. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 37, p.74-89, 1998.

BROWNLOW, A. A geography of men's fear. **Geoforum**. v. 36, n.5, p.581-592, Sep. 2005.

CECCATO, V. Homicide in São Paulo, Brazil: Assessing spatial-temporal and weather variations. **Journal of Environmental Psychology**. v. 25, 2005, p.307-321.

CECCATO, V.; HAINING, R. SIGNORETTA, P. Exploring Offence Statistics in Stockholm City Using Spatial Analysis Tools. **Annals of the Association of American Geographers**. V. 92, n. 1, 2002, p.29-51.

CRAGLIA, M.; HAINING, R.; W. P. A Comparative Evaluation of Approaches to Urban Crime Pattern Analysis. **Urban Studies**. V. 37, n. 4, p 711-729, 2000.

CRAGLIA, M.; HAINING, R.; SIGNORETTA, P. Modelling High-intensity Crime Areas in English Cities. **Urban Studies**. v. 38, n. 11, p. 1921-1944, 2001.

DAVIES, W. K. D. Affective Dimensions of Urban Crime Areas: Towards the psycho-geography of urban problems areas. **Geographica Helvetica**. v. 59, n. 3, p. 218-226, 2004.

DELGADO MAHECHA, O. **Debates sobre el espacio en la geografía contemporánea**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2003, 254p.

DINIZ, A. M. A. A geografia do medo: Reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. **O Alferes**, v. 18, edição especial, p. 119-133, out. 2003.

DINIZ, A. M. A. Migração, Desorganização Social e Violência Urbana em Minas Gerais. **Revista Ra'Ega**. Curitiba: n. 9, p. 09-23, 2005a.

DINIZ, A. M. A. Violência Urbana nas Cidades Médias Mineiras: Fim de um Mito? In: MOURA, Ana M. S.; SENA FILHO, N. (org.) **Cidades: Relações de Poder e Cultura Urbana**. Goiânia: Vieira, 2005b. p. 133-170.

- FELIX, S. A. Geografia do Crime. **Revista de Geografia**. São Paulo: v. 13, p. 127-144, 1996.
- FELIX, S. A. **Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevância**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2002. 149p.
- FERRAZ, S. M. T. *et al.* Arquitetura da Violência: os custos sociais da segurança privada. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: meio digital, 2005, p. 1-19.
- FYFE, N. R. The police, space and society: the geography of policing. **Progress in Human Geography**, v. 15, n. 3, 1991, p. 249-267.
- HARRIES, K. D. The Geography of American Crime, 1968. **The Journal of Geography**. N. 70, p. 204-213, 1971.
- HARRIES, K. D. Spatial aspects of violence and metropolitan population. **The Professional Geographer**, v. 20, n. 1, p. 1-6, 1973.
- HARRIES, K. D. Rejoinder to Richard Peet: The geography of crime: a political critique. **The Professional Geographer**, v. 27, n. 3, p.280-282, Aug. 1975.
- HARRIES, K. D. The Historical Geography of Homicide in the U.S., 1935-1980. **Geoforum**. v. 16, n. 1, p.73-83, 1985.
- HARRIES, K. D.; STADLER, S. J.; ZDORKOWSKI, T. Seasonality and Assault: Neighborhood Variation, Dallas 1980. **Annals of the Association of American Geographers**. V. 74, n. 4, 1984, p. 590-604.
- HARRIES, Keith D. Extreme spatial variations in crime density in Baltimore County, MD. **Geoforum**. v. 37, n. 3, p. 404-416, May. 2006.
- HERBERT, D. T.; HARRIES, K. D. Area-based policies for crime prevention. **Applied Geography**. n. 6, p. 281-295, 1986.
- HERBERT, D. T. **The Geography of Urban Crime** – (Topics in Applied Geography). New York: Longman Inc., 1992. 120p.
- KERBAUY, M. T. M.; FERREIRA, D. O.; BIZELLI, J. L. Cartografia da violência: uma metodologia para construir políticas públicas. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 1, p. 169-184, jan./abr. 2006.
- JOHNSTON, R. J.; **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**. Tradução: Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986. 359p.
- LEE, Y. A rejoinder to The geography of crime: a political critique. **The Professional Geographer**, v. 27, n. 3, p.284-285, Aug. 1975.
- MELGAÇO, L. M. **A Geografia do Atrito: dialética espacial e violência em Campinas – SP**. 2005. 128p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo.
- MENDONÇA, F. **Clima e Criminalidade: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência da criminalidade urbana**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. 182p.
- NAYAK, A. Through children's eyes: childhood, place and fear of crime. **Geoforum**. v. 34, n. 3, p. 303-315, Aug. 2003.
- PEET, R. The geography of crime: a political critique. **The Professional Geographer**, v. 27, n. 3, p.277-280, Aug. 1975.
- PEET, R. Further comments on the geography of crime. **The Professional Geographer**, v. 28, n. 4, p.96-100, Feb. 1976.
- PHILLIPS, P. D. Radical theory, relevance, and the geography of crime. **The Professional Geographer**, v. 27, n. 3, p.283-284, Aug. 1975.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. 374p.

WANG, F.; MINOR, W. Where the Jobs Are: Employment Access and Crime Patterns in Cleveland. **Annals of the Association of American Geographers**. V. 92, n. 3, 2002, p.435-450.

WESTOVER, T. N. Perceptions of Crime and Safety in Three Midwestern Parks. **Professional Geographer**, v. 37, n. 4, p. 410-420, 1985.

ZANOTELLI, C. L. Globalização, Estado e culturas criminosas. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. vol. I, n. 18, p. 47-62, 2002.

ZANOTELLI, C. L. Fragmentações sócio-espaciais e criminalidade violenta. **Revista Humanas**, v. 2, p. 1-22, 2007.

ZELINSKY, W. Beyond the exponentials: the role of geography in the great transitions. **Economic Geography**, n. 46, p. 499-535, 1970.

Recebido em setembro de 2009

Revisado em novembro de 2009

Aceito em março de 2010

